ANOS DOURADOS: EM BUSCA DA
LIBERDADE e JUSTIÇA SOCIAL

WESLEY ESPINOSA SANTANA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
wesley.santana1@mackenzie.br

MARCELO MARTINS BUENO
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

Este artigo pretende apresentar os mecanismos teóricos e práticos da organização da sociedade civil através de manifestações populares sob o método de múltiplas historicidades e territórios com a perspectiva sócio-política-econômico-filosófica das permanências em nossa história contemporânea. Essas manifestações garantiram e garantem os “anos dourados” a partir de 1968 com o objetivo de reivindicar a liberdade e a justiça social na França e no mundo ocidental como um todo sob o prisma da disputa entre grupos sociais e interesses de classes representadas, diretamente, pelo Estado, que formam a sociedade dos privilégios e que intensificam as diferenças e a atomização do próprio indivíduo por meio da hegemonização da ideologia liberal no sistema capitalista.

Palavras-chave: Estado; Maio de 1968; Liberdade; Justiça Social; Liberalismo.

GOLDEN years: IN SEARCH OF
FREEDOM AND SOCIAL JUSTICE

WESLEY ESPINOSA SANTANA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
wesley.santana1@mackenzie.br

MARCELO MARTINS BUENO
Universidade Presbiteriana Mackenzie

ABSTRACT

This article intends to present the theoretical and practical mechanisms of the organization of civil society through popular manifestations under the method of multiple historicities and territories with the socio-political-economic-philosophical perspective of permanence in our contemporary history. These manifestations guaranteed and guarantee the “golden years” from 1968 onwards with the aim of claiming freedom and social justice in France and in the Western world as a whole through the prism of the dispute between social groups and interests of classes represented, directly, by the State, which form the society of privileges and which intensify the differences and the atomization of the individual himself through the hegemonization of liberal ideology in the capitalist system.

Keywords: State; May 1968; Freedom; Social Justice; Liberalism.

INTRODUÇÃO

Neste contexto, o presidente Macron encontrou imensa dificuldade em dialogar com lideranças dos *coletes amarelos*, pois não há líderes, não há quem responda ou marque a próxima pauta de reivindicações. As manifestações são políticas, mas sem eixo, sem mapa. As aposentadorias defasadas, o salário de mil euros de uma médica, o desemprego, a falta de tributação justa dos ricos, a violência urbana contra estudantes negros e muçulmanos, o desemprego. A França é a sexta economia do mundo, um país industrializado que aglomera uma Força Armada considerável, que contempla um capital cultural-turístico invejável, membro do Conselho de Segurança da ONU com poder de veto e um imperialismo intelectual que ultrapassa as fronteiras do idioma e dos hemisférios, mas, sem sucesso em sua trajetória da liberdade e da justiça social.

A França de 2018 mantém a permanência histórica de um país de contradições, paradoxos, antagonismos e questões sociais que se tornou viável desde os tempos revolucionários de uma burguesia nacional e se manteve diante da força de um presidente militar-herói que resistiu ao nazismo. A França pós-guerra tinha um herói, mas não tinha mais inimigos. A França de 2018 e de hoje não tem mais um herói, mas, sim, muitos inimigos quando sinalizamos aos *coletes amarelos* e à ascensão da extrema-direita com o escritor Éric Zemmour e a candidata às eleições presidenciais Marine Le Pen.

Com a perspectiva de um método histórico sob um olhar atento nas historicidades e suas territorialidades, observando-se o que permanece e o que se transforma no espaço-tempo francês e no mundo ocidental, sobretudo, na cultura e na onipresença do glamour imperialista, nos debruçamos à análise do processo de luta da sociedade por “liberdade e justiça social” contra um Estado representado pelos interesses dos que outrora eram “revolucionários”. A esse momento, ao qual denominamos “anos dourados”, permanece a resistência que se encaminhou desde o século XVIII até chegar ao existencialismo de maio de 1968 e as oposições contra o autoritarismo e o neoliberalismo que justificam o cerceamento das liberdades e uma desigualdade social nunca vista na história da humanidade.

Em 1968, o mundo vivia um contingente de utopias após a Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade entre capitalismo e comunismo implodia nas sociedades ocidentais e em seus governos. O ocidente declarava-se capitalista e foi desafiado com a revolução cubana de 1959 sob os olhares desconfiados da mentalidade imperialista dos EUA; a URSS ameaçava o controle comercial e militar dos estadunidenses ao negociar com comunistas latino-americanos no intuito de iniciar a revolução.

Neste ano acontecia, em cinco de janeiro, a Primavera de Praga na Tchecoslováquia em protesto ao regime comunista soviético. Em 31 de janeiro, a *Ofensiva do TET* no Vietnã do Sul mostrava aos militares estadunidenses que a guerra não seria tão simples assim. Em 28 de março, o estudante secundarista Edson Luís é assassinado no Rio de Janeiro em meio aos protestos de estudantes, professores e outros trabalhadores contrários ao regime ditatorial dos militares. Em 04 de abril é assassinado o pastor negro Martin Luther King Jr. que dizia ter um sonho, a utopia de uma sociedade justa, em que brancos e pretos fossem iguais perante a lei. Somando-se a estes acontecimentos, em 3 de maio a Universidade de Nanterre é fechada por conta das manifestações de estudantes que reclamavam reformas no sistema educacional

francês. A pauta liderada por Dani Le Rouge, aluno de Sociologia com 23 anos na época, exigia desde uma reforma administrativa até o direito de sexos diferentes dormirem juntos. Segundo Edgar Morin, maio de 1968 mostrou ao mundo que *o subterrâneo da sociedade é um campo minado*. É um subterrâneo que expelle pelas entranhas vulcânicas a lava reivindicatória dos direitos e liberdades. O ano de 1968 foi, sim, uma erupção destes desejos e políticas de enfrentamento do *status quo*. A partir dos estudantes universitários, o movimento cresceu com trabalhadores, artistas, feministas e intelectuais que exigiam a redução da jornada de trabalho, aumento salarial e muito mais.

Em decorrência disso, o mundo assistia a mais uma demonstração de que a sociedade francesa sentia as pressões da Guerra Fria e as contradições do capitalismo monopolista que se consolidava nos centros econômicos, castigando as periferias do sistema; subterrâneo da sociedade francesa irrompeu e transbordou em inconformismos pelas ruas de Paris; estudantes da Universidade de Nanterre foram expulsos e a Universidade de Sorbonne reagiu. Com a Sorbonne fechada, os enfrentamentos ocorreram sob a forte repressão dos militares.

A reabertura das universidades, dias depois, não foi o bastante para arrefecer o clima de hostilidade e de luta dos manifestantes. No *Quartier Latin* as pedras e coquetéis *molotov* misturavam-se com as bombas de gás lacrimogêneo. Em 11 de maio, na Noite das Barricadas, carros foram virados e queimados e os paralelepípedos tornaram-se munição de guerra e em 13 de maio havia um milhão de pessoas marchando pelas ruas de Paris e o que seria uma “balbúrdia” de estudantes brancos de classe média tornou-se um movimento nacional de setores diversos. Estudantes ocuparam a Sorbonne e ela tornou-se uma universidade popular. Ao mesmo tempo, trabalhadores ocuparam fábricas. Em 16 de maio havia 50 fábricas ocupadas com 200 mil trabalhadores em greve. No dia seguinte, dois milhões de trabalhadores e, na semana seguinte, 10 milhões de grevistas sem apoio dos sindicatos cercavam as ruas francesas (eles conseguiram até 35% de aumento salarial).

Publicada um ano antes na França, a obra “Sociedade do Espetáculo”, de Guy Debord, fez muito sucesso no meio universitário e acadêmico durante este momento político. A ideia de se ter uma sociedade que clama pelo espetáculo, no momento em que os meios de comunicação alargam a audiência, tornou-se prática cultural entre a classe média europeia. A imagem como um apelo maior às sensações, ao que deve ser eternizado pela imagem, traz para um público maior o significado de sucesso. Para Debord:

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é: *o que aparece é bom, o que é bom aparece*. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio de aparência (DEBORD, 2003, p. 17).

Necessariamente, o conceito de espetáculo nos remete à indústria cultural, ao *show business*, à imagem como realidade virtual e à representação de algo maravilhoso e inédito que merece ser mostrado ao maior número possível de indivíduos. Assim, a partir do impedimento da entrada dos estudantes em Nanterre, o espetáculo da irreverência e do subversivismo tomou forma nas manifestações estudantis com as aparições públicas e a cobertura televisiva numa época em que os meios de comunicação já exploravam o espetáculo. O mundo pós-guerra agora era pré-guerra, ou seja, um país próximo de outra guerra, a guerra cultural

ou a “guerra do espetáculo”, da imaginação coletiva, da tecnologia da imagem e da própria ditadura da contemplação com seu *monopólio da aparência*.

Il est interdit d'interdire! Ou mesmo *soyez realistes, demandez l'impossible!* São frases que sintetizam as aspirações de grande parte dos franceses em maio de 1968. No momento em que Jean-Paul Sartre entrevista Daniel Cohn-Bendit (Dani Le Rouge) há o suspiro de uma inovação de luta política-comportamental-e-de-valores que o leva a dizer: “*existe algo que surgiu de vocês que assombra, que transforma, que renega tudo o que fez de nossa sociedade o que ela é [...]. Trata-se de que eu chamaria de expansão do campo do possível. Não renunciem a isso*”. Sartre estava extasiado com aquela entrevista e percebia o momento colossal de reivindicação e de oportunidade para a mudança. Sartre era um intelectual-ativista e participou das manifestações ao lado de Simone de Beauvoir. Ambos estavam vivendo a práxis das ideias do existencialismo, porém mais do que isso, o maio de 1968 tornou-se memória na história estudantil do mundo ocidental como seu grande feito pela luta das minorias e isso, de forma conflituosa, é o que vai produzir, também, como forças antagônicas num efeito foucaultiano de *força e resistência*, uma onda conservadora nas sociedades ocidentais criticando tais manifestações que afetavam a ordem e a vida de milhões de pessoas, trazendo a fundação de partidos conservadores e até neofascistas.

O maio de 1968 foi um movimento social de grupos diferentes que reivindicavam liberdade e justiça social, ganhavam o espaço geográfico e o disputavam na medida em que o reconheciam como necessário nesta conquista. O tempo da vida, o controle das suas ações, o direito da escolha, o lazer e a formação educacional em busca de se sobrepor à *tradição dos oprimidos* (BENJAMIN, 1994), constituindo-se numa poesia e numa guerra urbanas. A utopia estava alimentada pelos manifestantes que reivindicavam uma vida melhor, igualdade e liberdade, querendo transformar o mundo naquele ano.

O ano de 1968, como o ano que não terminou – parafraseando o título do livro do jornalista brasileiro Zuenir Ventura – teve, realmente, muito mais do que 365 dias. Este ano foi um momento em que se saturou a paciência das classes sociais dominadas pelo capitalismo neoliberal que extinguiu parte dos mecanismos do Estado do bem-estar social. As questões sociais, a desigualdade, o etnocentrismo, a corrida armamentista, enfim, as políticas neoliberais do mercado. Este neoliberalismo tornou-se sujeito da história e os indivíduos reificados foram transformados em mercadoria. O liberalismo que venceu a guerra não era o *fim da História* (FUKUYAMA, 2016), mas sim, mais uma etapa da luta de classes por direitos e justiça. Hoje, o ano de 1968 permanece em erupção pelas manifestações decorrentes das políticas neoliberais como ideologia hegemônica do capitalismo monopolista e financeiro e da falta de distribuição de renda, de terras e do rentismo que assola o mundo contemporâneo com lucros exorbitantes, reafirmando a realidade do limite da vida, mas com a ilusão de que a riqueza concentrada seja infinita.

O pós-guerra trouxe para as sociedades ocidentais europeias a sua reconstrução do urbano e da memória. Empresas e governos engajaram-se nesta reconstrução e o governo estadunidense, com o Plano Marshall, foi responsável por visibilizar a capacidade econômica dos EUA e a ratificação do regime democrático liberal como o modelo de governo e de sociedade. Mas, havia outras demandas que estavam na ordem do dia e que não foram

discutidas na Conferência da Crimeia em fevereiro de 1945. É neste plano que observamos as demandas a partir das relações sociais e suas práxis na sociedade dividida por interesses e conflitos.

Os manifestantes de maio de 68 estavam rindo das autoridades como mostra a icônica imagem de *Le Rouge* de frente para os policiais em Paris. Antes de renunciar ao cargo de presidente da França, De Gaulle dizia em pronunciamento à nação pela tevê: *o que será maio de 1968? O futuro não pertence ao homem, eu não posso prevê-lo*. Ele prometia que a situação iria melhorar e que todos iriam tirar vantagens. Porém, numa velocidade ímpar, as ruas tornaram-se trincheiras, os jovens estudantes tornaram-se soldados, os alto-falantes da polícia repressora eram a melodia que ecoava pelo mundo urbano contemporâneo enquanto os estudantes em vários lugares da Europa, sobretudo, na França e na Alemanha, cantavam em ritmo de marcha *Ho ho ho chi minh - ho ho ho Chi Minh*, em referência ao líder vietnamita. Cartazes do recém-falecido guerrilheiro Che Guevara assumiam-se como ícone de liberdade e de luta. A *corrente sociológica* durkheimiana tornara-se ativa não por uma vertente marxista como diria Eric Hobsbawm, mas por uma vertente contrária ao que estava pesando sobre a maioria da sociedade.

Em plena Sorbonne, numa fotografia do filósofo Jean-Pierre Le Goff, podia-se ver um senhor sentado na escadaria da universidade entre dois cartazes, um de Mao Tsé-tung e outro de Lênin colados nas colunas, e na parede ao fundo a frase *Somente Cristo é revolucionário*. Este sincretismo revolucionário mostrava que os manifestantes estavam cansados dos milagres econômicos e buscavam inspiração em personagens de diversas nacionalidades e contextos históricos. O maio de 1968 estava mais perto da Revolução Francesa do que imaginava o governo de De Gaulle ao subestimar a luta e não perceber as ineficiências do Estado. Entretanto, essa nova Revolução Francesa colocava os ex-revolucionários do lado oposto.

Segundo Giorgio Agamben, o “estado de exceção” é permanente nas sociedades contemporâneas do século XX, uma vez que não importa o regime, ora democrático, ora ditatorial, pois a exceção vira regra no Estado biopolítico. E, diante dos interesses da minoria rentista, “o dinheiro torna-se deus”¹ (AGAMBEN). É próprio do capitalismo que as classes sociais entrem em choque, pois não há como manter em resignação milhões de indivíduos por muito tempo sob um olhar alienado pela totalidade do espetáculo. Segundo o filósofo:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma *guerra civil mundial*, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 13).

No Brasil, o regime militar apoiado, declaradamente, pelos EUA e, discretamente, pela França de Charles de Gaulle é outro exemplo da condição de “estado de exceção” que marcaria governos autoritários que se camuflavam nos estertores do imaginário democrático-populista latino-americano enquanto a sociedade civil organizava-se para combatê-la. Em

¹ Entrevista concedida ao jornalista Peppe Sálva à Revista Ragusa News em 16 de agosto de 2012 e publicada no Brasil pelo site www.boitempo.com.br em 31/08/2012 com o título “Deus não morreu: ele tornou-se dinheiro”.

13 de dezembro de 1968 era assinado o AI-5 e a repressão às manifestações aumentou. Esta ação do governo era consequência das mobilizações urbanas consideradas subversivas que inquietavam os militares, sobretudo, a reconhecida “Passeata dos 100 mil” na Cinelândia que, em 26 de junho de 1968, sob a liderança de Vladimir Palmeira, mobilizou estudantes, artistas, intelectuais e políticos que gritavam “Abaixo a Ditadura. O Povo no poder”, lembrando a morte de Edson Luís. Os critérios de classificação dos *inimigos do Brasil* e o golpe dentro do golpe escancararia a condição de exceção aos direitos políticos, civis e sociais com o respaldo do Decreto-Lei nº 477 de 29 de fevereiro de 1969 assinado pelo presidente Artur Costa e Silva que previa a punição de professores, funcionários e estudantes por incitarem greves e reivindicações contra o governo e autorizando o fechamento de universidades. Foi este Decreto-Lei que levou o AI-5 aos *campi* universitários. Segundo Paulo César Gomes,

o AI-5 levou à retomada dos ideais que motivaram o golpe de 1964. Nos primeiros meses de 1969, as autoridades do governo dedicaram-se a colocar em prática medidas saneadoras da vida política, bem como da economia e das finanças públicas. No plano político, novas cassações de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo numerosos políticos da Arena, foram efetuadas; as atividades de algumas assembleias legislativas, entre as quais a do Rio e a de São Paulo, foram suspensas; e determinados municípios passariam a ser governados por interventores (GOMES, 2019, p. 251).

Compreendendo a condição humana como as formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver na sociedade e analisando suas capacidades e seus enfrentamentos históricos, percebemos na contemporaneidade um total descrédito ao que genericamente denominamos política. Aquele *Zoon Politikon* aristotélico já não existe mais e o termo atualmente está sobrecarregado de apatia ou, ainda mais grave, existe uma grande aversão à Política.

Em uma análise, mesmo que grosso modo, das informações cotidianas veiculadas pela mídia em geral sobre a situação da sociedade contemporânea brasileira e mundial, observa-se uma tendência cada vez mais forte daquilo que Thomas Hobbes, filósofo inglês, definiu como estado de guerra, ou seja, o individualismo preconizado por ele está cada vez mais evidente nas relações humanas atuais, em que as novas tecnologias estão afastando cada vez mais os próprios homens e estes, ávidos pelo desejo de poder, aqui compreendido no sentido *lato*, não atentam para o fato de que conceitos básicos como Direito e Liberdade estão se tornando extremamente frágeis nas relações sociais contemporâneas. A questão que se coloca é a seguinte: o Estado moderno precisará ser mais enérgico, nos termos estabelecidos por Hobbes, para que se possa garantir de fato o Direito e a Liberdade individuais? O homem contemporâneo necessita de um novo Leviatã?

Thomas Hobbes define como a primeira e fundamental lei de natureza a manutenção da vida, ou seja, devemos a todo custo buscar a paz para a preservação dela, porém, se não for possível, que o homem se prepare para a guerra com esse mesmo propósito.

Nestes termos, e tendo a sociedade atual como referência, observa-se a cada dia excesso de ameaças às garantias e liberdades individuais, ou seja, a violência está cada vez mais banalizada e notícias como assaltos, crimes, mortes, guerras, tráfico, conflitos de toda ordem são apresentados diariamente como aspectos corriqueiros. A verdadeira harmonia social, expressa por Aristóteles na Antiguidade e preconizada pelos autores contratualistas dos

séculos XVII e XVIII como resultado do contrato social, não está funcionando e a sociedade atual clama pela garantia e o direito à vida e vida em plenitude. Será que a responsabilidade é do enfraquecimento do Estado ou de sua inoperância em certos aspectos? Ou o ser humano, em sua condição existencial, se modificou? É isso que se busca compreender nesta analogia sobre o maio de 1968 e o mundo atual.

Na verdade, o que se pretende constatar é se os movimentos sociais ainda têm como fundamentos os mesmos princípios. Para Hannah Arendt, as condições de sobrevivência que os homens se impõem são as que tendem a suprir a sua existência e variam de acordo com o lugar e o seu momento histórico. Neste aspecto, somos todos condicionados por dois fatores: nossos próprios atos e o contexto histórico em que estamos inseridos. É por esse segundo aspecto que podemos compreender a sociedade atual como apolítica e a descrença na ação do Estado como responsável pela nossa liberdade e pela garantia dos nossos direitos.

Ao analisar a história das relações humanas, chegamos à conclusão de que esta é cíclica e marcada por grandes conflitos, como bem constatou Maquiavel em sua obra denominada “Tito Lívio”. A busca pela paz sempre foi o propósito das instituições políticas, no entanto, nem sempre se atingiu o sucesso desejado.

Com o avanço social, o homem moderno e contemporâneo traçou um perfil pela posse de bens materiais e pela propriedade, gerando uma ânsia pelo poder, seja pela riqueza ou pelo uso da força. Como consequência, temos um indivíduo cada vez mais egoísta e como estabelecido por Hobbes, na análise do homem natural, que o mais forte dominará o mais fraco. No estado de natureza apresentado pelo autor, o poder e o direito eram garantidos pela força, porém, em contraponto a este estado, cria-se o que atualmente denominamos de Estado Democrático de Direito, que na sua origem tinha como objetivo básico regular as relações sociais por meio de regras, impondo limites, distribuindo tarefas e contrapondo direitos e deveres.

Thomas Hobbes alertava para o fato de os homens serem dotados de paixões e razão e que, muitas vezes levados por esses impulsos passionais, acabam impondo na vida social comportamentos desregrados de desrespeito aos direitos individuais, quebrando a harmonia social. O papel do Estado neste aspecto seria o de zelar pela manutenção da ordem social, porém quando se extrapolam os elementos de violência e de autoproteção e autodefesa, por meio do *conatus*², surgem as suas máximas: “o homem é o lobo do homem” e “a guerra de todos contra todos”.

Se os homens são iguais em estado de natureza, essa igualdade também deverá imperar no estado social, eis a função essencial do Estado. Os homens precisam de segurança jurídica para a manutenção das garantias humanas que somente o Estado pode assegurar, por meio do Direito. Assim, entre maio de 68 e hoje, os conceitos de direito e liberdade nada se alteraram, ou seja, permanecemos reféns do neoliberalismo que se sobrepõe ao Estado e a partir daí questiona-se o princípio da segurança jurídica, como elemento de manutenção das garantias fundamentais, podendo ser revisitado e rediscutido quanto ao seu alcance e sua validade, haja

² Um dos conceitos mais importantes na filosofia hobbesiana, que se refere diretamente às suas preocupações, define o *conatus* como o movimento que tem lugar através da longitude de um ponto do tempo, bem como para descrever os movimentos do ser vivo. Esse movimento, que consiste em prazer e dor, é uma solicitação ou provocação para aproximar-se do que agrada ou retirar-se do que desagradar. Tal solicitação é o esforço ou começo interno do movimento animal.

vista as contraposições de Hannah Arendt sobre o poder sem limites garantido ao Estado. Para Arendt, o totalitarismo expresso especificamente no século XX levou à quebra ou, pior, à distorção do que ela acreditava ser o maior bem do indivíduo, a liberdade de escolha e a aceitação das responsabilidades decorrentes. A historiografia empreendida por ela demonstra claramente o que os regimes totalitários destruíram ao longo de suas existências, desde pequenas garantias individuais até tradições centenárias de determinadas sociedades.

Hannah Arendt estabelece que esses regimes instituíram novas representações de poder totalmente desvinculadas de qualquer legitimidade democrática. Poder baseado exclusivamente na força e na potência e alimentando-se unicamente da violência. O que decorre disto é o descrédito de todas as Instituições, pois se tornam meramente decorativas.

O princípio basilar do totalitarismo é o terror, o que Thomas Hobbes condena veementemente, porque o cidadão deve ter respeito pelo Estado e não sentir pavor ou temor em relação a ele; pois parafraseando o autor: daquilo de que se tem temor ou pavor queremos nos livrar o mais rápido possível. É por isso que um Estado baseado neste princípio não se sustenta por muito tempo. Já Arendt encontra nos regimes totalitários o terror como princípio diretivo, afirmando que ele aniquila todas as relações entre os homens por meio da destruição do espaço da liberdade. Um regime que precisa de campos de concentração para sua sobrevivência aniquila o homem sob vários aspectos, entre eles, a perda de sua própria identidade e consequentemente da vida em sociedade.

A concepção de eliminação do ser humano, em um campo de concentração, demonstra a irracionalidade dos Estados totalitários, pois não podem ser tão fortes a ponto de não permitir aos indivíduos a possibilidade de fazer escolhas e responder por elas civil e criminalmente. O pensamento filosófico de Arendt, neste sentido, aproxima-se do pensamento hobbesiano na medida em que o poder deve ser compreendido como o lugar do exercício da soberania. Evidentemente que Hobbes tem um apreço especial pela monarquia e Arendt, na obra “A Condição Humana”, busca resgatar os ideais da política grega na Antiguidade, ou seja, quando todos os cidadãos debatiam e deliberavam as principais decisões sobre o destino da *Polis*: O poder é o que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial de aparência entre homens que agem e que falam. [...] o poder surge entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no momento em que se dispersam (ARENDR, 1965, p. 200).

Na verdade, o que Arendt propõe como contribuição para a sociedade contemporânea é um espaço público, a todo o momento ameaçado por usurpadores do poder que veem a possibilidade da instituição de pequenas e grandes ditaduras, e, a partir dos ideais gregos, realizar uma política verdadeira, ou seja, as ações de interesses comuns devem convergir para o bem-estar de todos. O espaço do poder deve ser o lugar vazio em que as alternâncias sejam constantes para que este não se torne monopólio de alguns. Há nesta perspectiva certo idealismo em que precisamos apostar para o bem de todos.

Para se ter uma ideia da consciência política do brasileiro, em pesquisa do Datafolha de dezembro de 2008, 82% dos entrevistados não sabiam nada sobre o AI-5 e 67% não sabiam o significado da sigla. Isso nos mostra a capacidade biopolítica-midiática de controle da informação e da consciência histórica e de historicidade que fora administrada nas escolas e universidades pós-ditadura militar. O Brasil como 7ª economia do mundo tornou-se mais um

país que permanecia em *estado de exceção* e garantiria a produção da memória sob o controle da censura, da mídia e até dos livros didáticos, como o livro *Brasil: uma história dinâmica* (1972) de Ilmar Rohloff de Mattos, Ella Grinsztein Dottori e José da Silva que tratavam o tema de forma conservadora dos direitos e dos valores morais da família brasileira.

A ideia de liberdade e justiça social não cessou e continua a irromper, vulcanicamente, pelas ruas das capitais neste século XXI, ora pelos *coletes amarelos* ora por outros estudantes e trabalhadores. Os “anos dourados” permanecem nas reivindicações, nas bandeiras mais diversas que garantem a manutenção do espírito de luta por uma vida plena e pela necessidade de acreditar num mundo melhor. A luta continua e, a partir de diferentes autores que lançaram um olhar crítico sobre as sociedades contemporâneas, percebe-se que o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida (BENJAMIN, 1994). Estes “anos dourados” permanecem lá e aqui na iminência de uma nova erupção a cada dia, pois da condição humana surge a necessidade da ação, da luta e da sobrevivência como iniciativa da liberdade e justiça social.

Referências Bibliográficas

- AGANBEM, Giorgio. O estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. SP, Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo e posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007
- _____. As origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política. Tradução Sergio Paulo Rouanet. SP, ed. Brasiliense, 1994.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução de Railton Sousa Guedes (Coletivo Periferia). [www.terravista.pt/IlhadoMel/1540](http://www.terraviva.pt/IlhadoMel/1540). EbooksBrasil.com, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. O fim da História – o fim do homem. Tradução Lydia Davis. SP, ed. José Olímpio, 2016.
- GOMES, Paulo César. Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe a anistia. SP, ed. Record, 2019.
- HOBBS, Thomas. Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva; São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Tradução de Sérgio Bath; Brasília: UnB, 1994.
- Revista Ragusa News (Itália) de 16 de agosto de 2012. Entrevista de Giorgio Agamben: Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro. Tradução de **Selvino J. Assmann** (professor de Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e publicado no site www.boitempo.com.br em 31/08/2012.